



Os desafios do setor lácteo diante dos novos acordos internacionais

James Cisanandes Jr (*)

Não há dúvidas de que o agronegócio é a locomotiva da economia brasileira

O setor lácteo, um dos principais vagões desta locomotiva, está passando por desafios internos há anos, sobretudo, em razão dos custos de produção e logística, afetados pela ausência de políticas públicas estruturantes e efetivas. De acordo com a ministra da agricultura, Tereza Cristina, o alto custo de produção, agravado por problemas de infraestrutura, somado à margem de lucro cada vez mais espremida, faz o produtor rural perder competitividade.

Dada as circunstâncias, os produtores rurais, principalmente os pecuaristas, abandonarão sua atividade ou mudarão de foco, almejando uma maior rentabilidade. Além disso, as indústrias de laticínios e as cooperativas de produtores, elo crucial do setor, nunca se viram em uma 'saia justa' no sentido de orquestrar estratégias a fim de atender os dois públicos exigentes, que estão posicionados em extremos - o produtor rural e o consumidor final.

A indústria de derivados do leite, em alguns casos por meio de cooperativas agroindustriais, possui o papel de combinar a oferta e a demanda, uma equação bastante complexa. E, no meio do caminho, há uma série de agentes intermediários como as transportadoras, consultorias, fábricas de insumos, atacadistas, varejistas, entre outros.

Nesse cenário alarmante, há também os novos desafios para os produtores nacionais ganharem novos horizontes, como a tratativa com a China, que abriu seu mercado para o Brasil exportar derivados de leite, e as boas notícias como o recente acordo entre o Mercosul e a União Europeia, que promete "abrir as porteiças".

Mas, apesar do lado positivo, encontramos dúvidas, pois trata-se de uma competição desleal uma vez que não estamos equiparados em termos de igualdade com os produtos estrangeiros, em razão do custo dos encargos brasileiros, principalmente a alta carga tributária.

Somada a essa questão, enfrentamos também o desafio de tornar o agro 4.0. Ou seja, analisar minuciosamente a cadeia produtiva do leite a fim de mapear os processos, identificar os gargalos e aplicar as tecnologias necessárias para a automação em todos os elos da cadeia.

Estamos diante da mola propulsora do processo de Transformação Digital do

Agronegócio em todos os âmbitos, desde o campo (fazenda), passando pela logística, indústria, processo de produção industrial, distribuição até chegar no varejo. Citando o ditado popular do meio rural "o que engorda o gado é o olho do dono", essa premissa não mudará, continuará viva nos produtores rurais. Porém, com o advento das tecnologias e em frente aos novos desafios, este olhar do dono precisa se tornar digital.

Em outras palavras - mais urbanas - o "olhar do dono" se fará presente por meio de processos automatizados nas fazendas, como a irrigação, o consumo de energia elétrica, o monitoramento microclimático, o controle zootécnico, os sistemas automatizados de ordenha, o sensoriamento dos animais e ativos, entre outros. Uma vez que o fator determinante do sucesso atualmente é a batalha pelos preços na prateleira dos supermercados, surge a indagação: em qual momento eu posso atenuar custos para majorar os lucros?

A resposta são os investimentos em tecnologia com o objetivo de alcançar uma gestão efetiva a partir dos dados coletados de forma automatizada, que se tornará uma condição indispensável até mesmo em razão da necessidade de cumprir as normas de segurança alimentar e melhorar as métricas da produção. Para isso, faz-se necessário a escolha de um parceiro com domínio tecnológico e conhecimento mercadológico sobre o 'negócio do leite'.

Isso forma o alicerce, entre pessoas, processos e tecnologias, necessário para suportar a jornada da Transformação Digital, na qual os processos são repensados a partir da ótica dos dados e, assim, soluções assertivas sugeridas para apoiar os processos em toda a cadeia produtiva, de ponta a ponta. A ideia é que as informações direcionem como simplificar, automatizar e controlar as operações com maior assertividade nos custos e na garantia de qualidade por meio da implementação de tecnologias como Analytics, Inteligência Artificial, Machine Learning, IoT, Chatbot, entre outros.

O Brasil é um gigante do agronegócio sob o ponto de vista mundial e essa posição pode ser ampliada se repensarmos as tomadas de decisões e baseá-las em dados, não em achismos, ou seja, adotar uma cultura.

(*) - É Head de Agribusiness da Engineering, companhia global de TI e Consultoria especializada em Transformação Digital (br.engineering).

Comissão aprova proposta que atualiza a Lei Rouanet

A Comissão de Cultura da Câmara aprovou o projeto que promove ampla revisão da Lei Rouanet. O texto atualiza e insere dispositivos na norma. Também traz prazos específicos para vigência. A relatora, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), recomendou a aprovação com ajustes no texto, oriundo do relatório final apresentado em 2017 pela CPI da Lei Rouanet.

A proposta em tramitação na Câmara resultou de entendimento entre parlamentares e de sugestões do Poder Executivo, afirmou na época o relator da CPI da Lei Rouanet, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG).

"O texto procura fazer com que a Lei Rouanet possa ser descentralizada, chegando ao Brasil todo, hoje está concentrada em algumas regiões", disse o deputado. Outras medidas pretendem fortalecer o Fundo

Nacional de Cultura (FNC). "A Lei Rouanet propõe o FNC, que é dinheiro diretamente aplicado pelo governo, para incentivar aquele que não tem apelo comercial, mas é importante".

O projeto também prevê a proibição de uso dos recursos do FNC para despesas de custeio ou de outras entidades ligadas ao governo. Proíbe ainda que o repasse de 3% do dinheiro proveniente das loterias seja bloqueado pela equipe econômica. O texto estabelece ainda um mecanismo para que todo projeto aprovado por meio da Lei Rouanet possa captar até 120% do montante previsto, sendo que os 20% a mais serão destinados diretamente ao FNC. A proposta será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça. Depois, seguirá para o Plenário (Ag.Câmara).

Votação da PEC da Previdência 'seguirá' prazos constitucionais

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a Casa cumprirá o cronograma para discussão e aprovação da Reforma da Previdência

Segundo acordo com os líderes partidários, a proposta deve ser votada em primeiro turno na próxima semana, após as cinco sessões de discussão, tendo a votação concluída até o dia 10 de outubro. Ele explicou que manifestou um desejo pessoal de que o calendário da reforma da Previdência pudesse ser antecipado, mas não houve acordo para acelerar a votação.

"Não há consenso para antecipar a votação ainda esta semana. A previsão é que a proposta será votada em primeiro turno na semana que vem, respeitando os prazos constitucionais de cinco sessões de discussão no Plenário. Não havendo unanimidade, a votação fica para o dia 18. E



Davi Alcolumbre deu entrevista após visitar o presidente em exercício Hamilton Mourão.

eu me curvo à vontade dos líderes", disse, comentando sobre o terceiro pedido de instalação da CPI do Judiciá-

rio, protocolado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), com 29 assinaturas. Ele afirmou que um parecer da

consultoria jurídica do Senado já avaliou que a Constituição proíbe investigação do Poder Judiciário.

O presidente do Senado também afirmou que a análise do indicado para procurador-geral da República, Augusto Aras, só deve ser concluída no Senado após o fim do mandato da atual procuradora, Raquel Dodge, que se encerra no próximo dia 17. A expectativa de Davi é que o Senado vote a indicação por volta do dia 22. "Tão logo a mensagem chegue ao Senado, farei a leitura e o encaminhamento à CCJ. A partir da sabatina do indicado, há um pedido de vista que é natural. O Senado vai sabatinar e aprovar ou rejeitar o nome do indicado (Ag.Senado).

Em defesa da regulamentação de moedas virtuais

Debatedores defenderam a regulamentação das moedas virtuais em debate na Câmara. O tema foi discutido em audiência pública da comissão especial que analisa o projeto que confere ao Banco Central a competência para fiscalizar e regular esses tipos de transações.

"A falta de regulamentação põe em risco tudo, porque pessoas que investem e perdem seu dinheiro não têm a quem recorrer", afirmou o deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), autor da proposta. "A gente quer estabelecer uma regra, sem taxar, para dar tranquilidade a quem usa a criptoconomia no Brasil". O diretor de negócios e operações da Federação Nacional dos Bancos, Leandro Vilain, também reconheceu a importância da regulamentação, mas ressaltou a importância de se aprofundar a discussão sobre a questão tributária.

"A compra e venda de ativos criptográficos em diferentes geografias tem sido vista como uma alternativa para transferência de recursos sem a realização de uma operação formal de câmbio e sem se sujeitar à tributação imposta às operações de câmbio tradicionais", alertou. O presidente da comissão, deputado Gustinho Ribeiro (Solidariedade-SE), disse que a regulamentação, além de criar regras sobre essas transações, também vai coibir a prática de crimes relacionados à comercialização das moedas digitais.

"Muita gente usa as criptomonedas para lavagem de dinheiro. Golpes têm sido aplicados por conta da facilidade que o mundo virtual oferece às pessoas que queiram praticar crimes", comentou. O representante da Associação dos Peritos da Polícia Federal, Tiago de Melo, concordou que existem vulnerabilidades no sistema e que hackers podem se aproveitar de falhas nas transações virtuais para o roubo de dados e valores (Ag.Câmara).

Governo deve facilitar navegação na costa brasileira

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Mário Povia, esteve na Comissão de Infraestrutura do Senado, ontem (10), para apresentar ações e resultados da agência. Além de mostrar números da atuação da Antaq, ele revelou que o governo está preparando um instrumento jurídico, provavelmente uma medida provisória, para implantar o projeto "BR do Mar".

A intenção é, entre outros pontos, viabilizar e aumentar a navegação de cabotagem — a que é feita sem que o navio se afaste da costa —, diminuindo a burocracia e elevando a frota marítima para o transporte de contêineres, baixando custos e desafiando as estradas brasileiras. A Antaq e o Ministério da Infraestrutura estão trabalhando juntos nisso, assim como na ampliação do transporte de passageiros via navegação, informou.

O dirigente frisou que a Antaq não impede que empresas atuem no setor de cabotagem, já que em 30 dias é possível



Maior empresa de navegação de cabotagem, Aliança, teve aumento de 28% no volume de cargas.

autorizar uma embarcação a navegar. O problema é a falta de viabilidade e atratividade econômica para as empresas atuarem, problemas que devem ser o alvo do projeto em desenvolvimento, que busca ainda a melhoria do ambiente de negócio.

"A burocracia da cabotagem e do alfandegamento é algo que está detectado, nos estudos que foram produzidos. Agora estamos arregaçando

as mangas nessa questão, essa provavelmente medida provisória "BR do Mar" vai tratar dessa questão", explicou. O senador Marcos Rogério (DEM-RO), que presidiu a reunião, lembrou que, para além da navegação de cabotagem, o Centro-Oeste é o mais importante produtor de commodities brasileiro e tem rios navegáveis que não são explorados, prejudicando o escoamento da produção (Ag Senado).

Trump demite John Bolton, o 'falcão' da diplomacia

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou ontem (10) a demissão do conselheiro para Segurança Nacional da Casa Branca, John Bolton, o grande "falcão" da política externa americana. Em duas mensagens no Twitter, o mandatário disse que a saída de um dos homens fortes de sua diplomacia se deve a desacordos entre eles.

"Informe John Bolton que seus serviços não são mais necessários na Casa Branca. Discordo fortemente de muitas de suas sugestões, assim como outros no governo", escreveu Trump. "Pedi para John renunciar, o que ele fez. Agradeço muito por seus serviços. No-



John Bolton defendia intervenção militar no Irã.

mearei um novo conselheiro na semana que vem", concluiu. Bolton, por sua vez, rebateu que não foi demitido, mas sim que foi ele quem renunciou ao cargo.

Com uma postura abertamente intervencionista, ele defende uma ação militar contra o Irã, aborragem que encontra resistência no Pentágono e no próprio Trump. Bolton é ligado à Associação Nacional do Rifle (NRA), principal lobista pró-armas dos EUA, e também é adepto de uma postura mais dura em relação à Coreia do Norte, além de ter sido um dos arquitetos da guerra no Iraque na década passada (ANSA).

Garantia de plástica de lábio leporino e tratamento pós-cirúrgico

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem (10) parecer favorável a um projeto que obriga o SUS a realizar cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina. O projeto estabelece que o SUS é obrigado a prestar serviço gratuito de cirurgia plástica reconstrutiva e de tratamento pós-cirúrgico, abrangendo as especialidades de fonoaudiologia, psicologia e ortodontia, bem como de outras intervenções necessárias para a recuperação integral do paciente.

Autor do projeto, o deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS) alega que são registrados 5,8 mil casos de bebês com fissuras labiopalatais todos os anos no Brasil e, na prática, menos da metade dos recém-nascidos são atendidos pelo SUS. Segundo o relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), a falta de atendimento adequado aos recém-nascidos acarreta problemas na alimentação e na fala dos indivíduos, prejudicando seu desenvolvimento físico,

psicológico e social.

"A consequência econômica disso é a subutilização do potencial humano de parcela não desprezível da população, com efeitos deletérios sobre a geração de riqueza e, por extensão, sobre a arrecadação tributária, afetando a sustentabilidade das contas públicas", argumenta em seu voto. O ónus do atendimento obrigatório aos pacientes será repartido entre União, estados e municípios, a quem compete financiar a provisão de serviços de saúde pelo SUS.

Otto disse ainda que a iniciativa é correta e que a cirurgia não é uma questão de estética, mas corrige um problema que atrapalha muito os pacientes. "Às vezes a pessoa pensa que a fenda palatina é só uma cirurgia plástica. Não é. Dificulta a alimentação, causa uma série de problemas para as pessoas que são portadoras. Portanto, é uma necessidade do paciente fazer a cirurgia", disse o senador, que também é médico (Ag.Senado).

Parlamento britânico recusa eleições e entra em recesso

Em sua última votação antes de entrar em recesso forçado, a Câmara dos Comuns do Reino Unido rejeitou na madrugada de ontem (10) a convocação de eleições antecipadas para 15 de outubro. A votação terminou com um placar de 293 a 46, em mais uma derrota para o primeiro-ministro Boris Johnson, que já havia tentado antecipar as eleições na semana passada. Na sequência, a Câmara entrou em recesso.

Foi o próprio premier quem pediu à rainha Elizabeth II a suspensão do Parlamento até 14 de outubro, de forma a dificultar a aprovação de leis contra o Brexit. A oposição, no entanto, se articulou com dissidentes do Partido Conservador e aprovou um projeto que obriga Johnson a solicitar um novo adiamento da saída do Reino Unido da União Europeia, marcada para 31 de outubro, caso não haja acordo entre os dois lados sobre a separação.

Johnson, por sua vez, disse que não pretende pedir uma mudança da data a Bruxelas e acusou o líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, de ter "medo" das urnas. O opositorista chamou o governo de "vergonha" e afirmou que antes de antecipar as eleições é preciso "frear o risco de um Brexit sem acordo" (ANSA).